EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração....2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....21
Balanços patrimoniais....26
Demonstrações do resultado....28
Demonstrações do resultado abrangente....29
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....30
Demonstrações dos fluxos de caixa....31
Demonstrações do valor adicionado....33
Notas explicativas às demonstrações financeiras....34

EPR Infraestrutura PR S.A.

Relatório da Administração 2025

São Paulo (SP), 23 de março de 2026 – A EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia" ou "EPR Infra PR") divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

EPR Infraestrutura PR S.A.

A EPR Infraestrutura PR S.A. é uma sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob categoria "B", constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas "Grupo") tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

EPR Litoral Pioneiro S.A.

A EPR Litoral Pioneiro S.A. foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão.

O "Contrato n.º 002/2023" foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). O prazo de concessão é de 30 anos.

A Concessionária opera 07 praças de pedágio e 12 Postos de Atendimento ao longo dos 605 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 27 municípios, todos no estado do Paraná.

Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR ou Grupo EPR"), acionista controladora direta da EPR Infra PR, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná.

Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná.

Mensagem do Diretor Presidente

A EPR Infraestrutura PR é a controladora da concessionária EPR Litoral Pioneiro.

Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro completou seu primeiro ano de concessão, período marcado por avanços significativos que impactaram diretamente a rotina dos usuários. Além das obras que elevaram o padrão de qualidade das rodovias, os programas sociais e ambientais também geraram benefícios concretos, promovendo segurança viária, bem-estar das comunidades e uma convivência mais segura entre todos os que utilizam a malha concedida.

Como resultado do trabalho consistente realizado desde o início das operações, a ANTT autorizou a abertura de duas novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, após a conclusão e homologação dos serviços iniciais. A entrega desse escopo no início do ano permitiu o avanço para a fase de recuperação, com foco na revitalização do pavimento, na requalificação de passarelas e na conservação contínua das rodovias, garantindo mais conforto, segurança e fluidez aos usuários.

Como resultado de todos os investimentos e avanços, em 2025 atingimos uma receita líquida ajustada de R$ 812,0 milhões e margem EBITDA de 78,8%. A Companhia iniciou a arrecadação de pedágio em 23 de março de 2024, e em 2025, o tráfego registrou crescimento de 55% em relação ao ano anterior, refletindo a efetividade das operações e a abertura das novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, em 14 de março de 2025. Em termos comparáveis, sem considerar as duas novas praças de pedágio, Sengés e Siqueira Campos, o tráfego em 2025 apresentou um crescimento de 6% frente ao ano anterior.

Destaque também para a integralização da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R$ 450 milhões, e a realização da 2ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R$ 450 milhões, integralizada em outubro de 2025. Estas captações reforçam o compromisso da Companhia com a expansão, a melhoria e a segurança da rodovia, destinando recursos aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Ao longo do ano, a EPR Litoral Pioneiro também promoveu uma série de ações sociais e ambientais. Entre elas, destaca-se o projeto Trânsito+, a primeira iniciativa da concessionária voltada especificamente aos ciclistas. O programa abordou temas essenciais, como comportamentos seguros no trânsito e a importância da instalação de sinalizadores luminosos nas bicicletas, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e segura entre todos os usuários das rodovias.

Reforçando o compromisso em atuar com responsabilidade social e ambiental e promover segurança viária, em 2025 tivemos a criação do Programa Conviver, iniciativa que tem como objetivo organizar, integrar e ampliar as ações de conscientização já realizadas pela EPR Litoral Pioneiro e pelas demais concessionárias do Grupo. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias.

A EPR Litoral Pioneiro venceu duas categorias no Prêmio ANTT Destaques 2025, na categoria Integridade e na categoria Inovação e Tecnologia, estas conquistas reforçam o compromisso da Companhia em oferecer serviços mais eficientes, mostrando que inovação e segurança podem caminhar juntas, mantendo o diálogo e transparência com a comunidade, autoridades e órgãos sociais.

Para 2026, a Companhia seguirá avançando nos trabalhos de recuperação, ampliação e modernização das rodovias. Para isso, já contratou os principais parceiros responsáveis pela execução dos investimentos previstos. Todas as ações serão conduzidas com transparência, integridade, foco na prestação de serviços de excelência e segurança viária, reforçando o papel da EPR Litoral Pioneiro como agente de transformação e desenvolvimento regional.

José Carlos Cassaniga

Destaques de 2025

Operacional e Regulatório

O Contrato de Concessão da EPR Litoral Pioneiro foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a ANTT e a data de assunção do sistema rodoviário foi em 28 de fevereiro de 2024.

A EPR Litoral Pioneiro buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos e inspeções no 4T25 e 4T24 e nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024.

Atendimentos	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Socorro Médico	2.083	2.115	-1,5%	7.884	5.670	39,0%
Socorro Mecânico	9.364	9.054	3,4%	38.655	26.401	46,4%
Atendimento (pipa + boiadeiro)	1.459	1.348	8,2%	5.566	3.878	43,5%
Inspeções	15.728	15.632	0,6%	53.282	45.270	17,7%
TOTAL	**28.634**	**28.149**	**1,7%**	**105.387**	**81.219**	**29,8%**

Em 23 de março de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a cobrança de pedágio em 5 (cinco) praças, antecipando em 3 meses o início da arrecadação em relação ao prazo regulatório e a prestação de serviços operacionais aos usuários. O atendimento operacional oferece informações sobre as estradas, como eventuais bloqueios, trechos em obras, novas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), o acionamento para eventuais emergências (socorros mecânicos e médicos) e viaturas de inspeção de tráfego.

Em 14 de março de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação nas praças de pedágio de Sengés (rodovia PR-151, km 185) e Siqueira Campos (rodovia PR-092, km 287), finalizando a abertura de todas as praças da concessão. A abertura dessas praças foi autorizada pela ANTT após a entrega das obras iniciais, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à Companhia o reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. Desde esta data a nova tarifa média básica de pedágio é de R$ 13,76.

Financeiro

Debêntures

A EPR Infraestrutura PR efetuou a amortização total de suas duas emissões de debêntures em 2025. Os pagamentos antecipados foram realizados (i) em relação à 1ª emissão: 31,49% em 10 de fevereiro de 2025, 27,75% em 13 de maio de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 16 de junho de 2025; e (ii) em relação à 2ª emissão: 28,23% em 16 de junho de 2025, 38,25% em 08 de setembro de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 20 de outubro de 2025.

Em 30 de outubro de 2025 e em 05 de novembro de 2025, a controlada EPR Litoral Pioneiro recebeu recursos de R$ 450 milhões referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures e R$ 450 milhões referentes à integralização da segunda série da sua 1ª emissão de debêntures, respectivamente.

A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro e culminará no cancelamento da primeira série da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro.

Ambas as emissões de debêntures da EPR Litoral Pioneiro são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,62% ao ano (no caso da 1ª emissão de debêntures) e 8,20% ao ano (no caso da 2ª emissão de debêntures). Em ambas as emissões, os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e 15 de março de 2049, data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista nas escrituras de emissão.

Capital Social e Reserva de Capital

Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R$ 260 milhões na Companhia via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, na qual 99% foram destinados para a reserva de capital e o restante foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de capital social e de reserva de capital da Companhia foram de R$ 5,1 milhões e R$ 508,1 milhões respectivamente.

Investimentos em Controladas

Em 14 e 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou, via envio de recursos financeiros à EPR Litoral Pioneiro, integralizações de capital social nos valores de R$ 20 milhões e R$ 499,3 milhões, respectivamente.

Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Litoral Pioneiro R$ 511,3 milhões a título de divididendos e juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em sua controlada EPR Litoral Pioneiro foi de R$ 1.200,455 milhões.

Econômico-Financeiros

A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R$ 889,4 milhões em 2025 e R$ 231,1 milhões no 4T25.

A receita líquida ajustada[1] no exercício social encerrado em 2025 foi de R$ 811,9 milhões e R$ 210,6 milhões no 4T25.

O tráfego em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes[2] e 16,3 milhões no 4T25.

O EBITDA de 2025 foi de R$ 639,5 milhões (margem EBITDA 78,8%) e R$ 156,4 milhões no 4T25 (margem EBITDA 74,2%).

[1] Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção

[2] Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

No exercício de 2025, a EPR Litoral Pioneiro, controlada da Companhia responsável pela concessão, desembolsou R$ 484 milhões em investimentos, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais e de Recuperação, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Programa de Integridade EPR

A EPR Infraestrutura PR e a EPR Litoral Pioneiro estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate a Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de integridade, que estão vigentes:

(i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno;
(ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta;
(iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
(iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências;
(v) Política de Conflito de Interesses;
(vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades;
(vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio;
(viii) Política de Relacionamento com o Poder Público;
(ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais;
(x) Política de Auditoria Interna;
(xi) Política de Alçadas;
(xii) Política de Proteção de Dados;
(xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias;
(xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocinio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio;
(xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade;
(xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e
(xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios.

As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para Doação e Patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com Parceiros de Negócio.

O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo, para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR.

Sustentabilidade

Comitê Socioambiental

A EPR Litoral Pioneiro realizou, ao longo de 2025, o acompanhamento dos projetos incentivados em 2024. Por meio do Comitê Socioambiental, foram realizadas visitas técnicas aos cinco projetos sociais apoiados e, de forma especial, foi promovida uma ação de Natal no Hospital Cajuru.

O Comitê Socioambiental também conduziu o processo de seleção e aprovação de onze projetos, distribuídos da seguinte forma: três projetos de incentivo à cultura, três projetos de incentivo ao esporte, um projeto vinculado ao Fundo da Pessoa Idosa, três projetos relacionados ao Fundo da Criança e do Adolescente e um projeto voltado ao apoio oncológico.

A EPR Litoral Pioneiro manteve sua participação ativa no Programa Na Mão Certa (PNMC).

No âmbito do Grupo EPR, houve avanço para a categoria Mantenedor Prata, reconhecimento que evidencia o fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes. Essa conquista foi oficialmente conferida em novembro de 2025, durante o encontro anual do programa.

Nessa mesma frente de atuação, a EPR Litoral Pioneiro integrou, de maneira destacada, o Projeto Coalizão Paranaguá, iniciativa conduzida em parceria com o setor público e empresas da região portuária para o combate à exploração infantil na região de Paranaguá/PR.

Programas ambientais e sociais

O contrato de concessão estabelece o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, que prevê a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do sistema rodoviário.

Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o primeiro inventário de emissões referente ao seu ano inicial de concessão, o qual foi auditado e certificado por um verificador independente.

Como marco desse processo, a gestão de emissões da concessionária foi reconhecida pelo Programa Selo Clima Paraná, iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável que destaca organizações com boas práticas ambientais no território paranaense.

No âmbito da resiliência climática, em 2025 a EPR Litoral Pioneiro desenvolveu o projeto inovador "Sistema de Alerta de Perigo de Incêndios Florestais para Rodovias", voltado à identificação antecipada de focos de incêndio, geração de fumaça ou condições de neblina que possam representar risco ambiental e comprometer a segurança viária.

O sistema foi instalado no km 76 da BR-277, no município de São José dos Pinhais, e recebeu reconhecimento da ANTT ao ser indicado como finalista do Prêmio ANTT 2025, na categoria Sustentabilidade Ambiental.

A Companhia atua para garantir o atendimento aos Padrões de Desempenho (PDs) da International Finance Corporation (IFC), fortalecendo ainda mais suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

Um dos marcos de 2025 foi a realização da primeira auditoria independente de verificação de conformidade com os PDs da IFC. Nesse processo, a empresa verificadora contratada, atestou o atendimento da concessionária a todos os Padrões aplicáveis à etapa atual do projeto.

Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), após 20 meses de trabalho, com uma antecipação de quatro meses em relação ao prazo contratual estabelecido com a ANTT.

Após a realização da auditoria externa, a TECPAR Cert recomendou a certificação da concessionária nos seguintes sistemas de gestão:

- Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001
- Sistema de Gestão Ambiental – ISO 14001
- Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho – ISO 45001
- Sistema de Gestão de Segurança Viária – ISO 39001

Essa recomendação confirma que a concessionária atende plenamente aos requisitos de todas essas normas internacionais, reforçando seu compromisso com a qualidade, a sustentabilidade, a segurança viária e a saúde e segurança ocupacional.

Programa Conviver

Destaque também para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que busca estimular comportamentos seguros e corresponsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias.

Autorizações ambientais

O ano de 2025 também foi marcado pela emissão de importantes autorizações ambientais necessárias para a implantação das obras de ampliação de capacidade previstas para o terceiro ano da concessão. Destacam-se as Licenças Ambientais Simplificadas (LAS) das rodovias BR-153 e BR-277, além da emissão da Licença Prévia (LP) para intervenções na BR-369.

Esses avanços representam etapas essenciais para o cumprimento do cronograma de investimentos e reforçam o compromisso da concessionária com a conformidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Recursos Humanos

Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro registrou 585 empregos diretos na região da concessão.

O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração.

A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso.

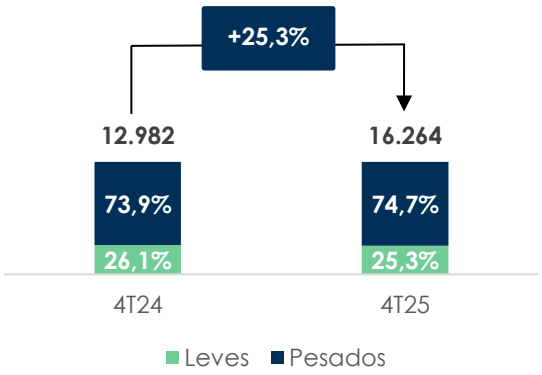
Desenvolvimento econômico dos municípios

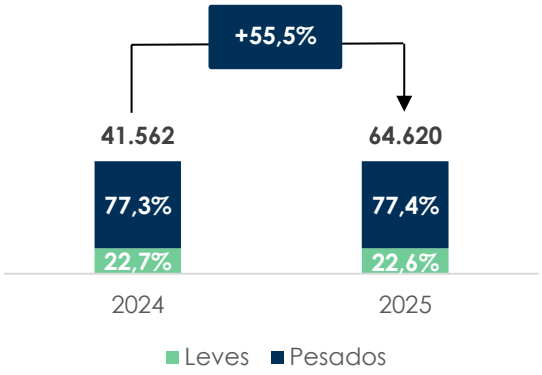
A EPR Litoral Pioneiro, no ano de 2025, repassou R$ 44,8 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 27 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura.

Desempenho

Tráfego

O tráfego acumulado no exercício social findo em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes[3], sendo 14,6 milhões de veículos leves e 50,0 milhões de veículos pesados.





Em 14 de fevereiro de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos.

Segue abaixo o comparativo do tráfego entre o 4T25 e 4T24 e os exercícios sociais de 2025 e 2024:

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Leves	4.111	3.384	21,5%	14.587	9.435	54,6%
Pesados	12.152	9.598	26,6%	50.033	32.127	55,7%
Total	**16.264**	**12.982**	**25,3%**	**64.620**	**41.562**	**55,5%**

Tarifa Média

A tarifa média líquida (receita líquida ajustada sobre eixos equivalentes) no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 13,76.

Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à EPR Litoral Pioneiroo reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. A nova tarifa média básica de pedágio será no valor de R$ 13,07 (R$ 12,70 em 31 de dezembro de 2024).

[3] Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

Receita

A cobrança de pedágio iniciou-se em 23 de março de 2024 nas cinco praças já existentes, e em 14 de fevereiro de 2025 a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos.

Receita (R$ mil)	2025	2024
Receita Bruta	**1.350.489**	**1.033.392**
Receita de serviços prestados	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	460.790	455.677
Receitas acessórias	311	66
Imposto sobre receitas operacionais	(77.736)	(50.077)
Receita Líquida	**1.272.753**	**983.315**
Receita de serviços de construção	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	**811.963**	**527.638**

A receita com serviços prestados foi de R$ 889,4 milhões em 2025.

A receita líquida totalizou R$ 1,3 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R$ 812,0 milhões.

No exercício de 2025, 82,9% (69,5% em 2024) da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais (R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de serviços de construção	-	-	(460.790)	(455.677)
Serviços de terceiros	(622)	(736)	(83.376)	(27.831)
Com pessoal	-	-	(42.219)	(33.564)
Depreciação e amortização	(364)	-	(27.437)	(12.160)
Custo da concessão	-	-	(20.690)	(18.390)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	-	(6.533)	(5.313)
Seguros e garantias	-	-	(6.217)	(5.335)
Aluguéis	-	-	(1.341)	(3.493)
Perdas de arrecadação	-	-	(343)	(196)
Contribuições e doações			(5.862)	(1.674)
Outros	(1)	(15)	(14.703)	(11.832)
Custos e Despesas Operacionais	**(988)**	**(751)**	**(669.511)**	**(575.465)**

No exercício de 2025 os custos de serviços de construção foram de R$ 460,8 milhões de um total de R$ 669,5 milhões, representando 68,8 % do total de custos e despesas operacionais.

O aumento dos custos e despesas em 2025, em comparação a 2024, decorre principalmente do aumento dos gastos com serviços de terceiros, incluindo contratações para atendimento pré-hospitalar, serviços de guincho, conservação e serviços compartilhados, além do crescimento das despesas com pessoal, resultante do aumento na folha de pagamento, e dos maiores custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada.

EBITDA

O EBITDA Consolidado totalizou R$ 639,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, com margem EBITDA ajustada de 78,8%.

EBITDA (R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	-	-	1.272.753	983.315
Receita de construção	-	-	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	-	-	811.963	527.638
Custos operacionais	-	-	(603.707)	(540.193)
Despesas operacionais	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	-	-	8.866	5.708
Custos de construção	-	-	460.790	455.677
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(988)	(751)	(199.855)	(114.080)
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	-	-
EBIT	**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160
EBITDA	**453.579**	**307.034**	**639.545**	**425.718**
Margem EBITDA	*0,0%*	*0,0%*	*78,8%*	*80,7%*

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido do exercício	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
(+) IR e CS - correntes e diferidos	6.476	2.956	210.984	147.044
(+) Resultado financeiro	16.740	24.003	(28.875)	(13.561)
(+) Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160
EBITDA	**453.579**	**307.034**	**639.545**	**425.718**

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	1.568	1	78.928	46.475
Atualização monetária de impostos	-	-	2.446	-
Outras receitas	-	-	106	38
Despesas Financeiras				
Impostos sobre receitas financeiras	(4.241)	(2.421)	(7.990)	(4.589)
Encargos financeiros	-	-	(6.075)	(631)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	-	(6.125)	(5.374)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(9.638)	(1.112)	(10.007)	(1.112)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(3.577)	-
Juros sobre debêntures	(4.208)	(20.303)	(15.218)	(20.303)
Outras despesas financeiras	(221)	(168)	(3.613)	(943)
Resultado Financeiro	**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R$ 16,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R$ 28,9 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora representa os juros das debêntures captadas e amortização dos custos de captação. O resultado no Consolidado é representado pelo incremento de rendimentos sobre aplicações financeiras, dado a maior

disponibilidade de saldo de caixa aplicado, subtraídos pelos juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

Endividamento

Endividamento (R$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
1ª emissão							
série única	250.000	CDI+2,75%	dez-26	-	188.559	-	188.559
1ª emissão							
2ª série	450.000	IPCA+7,6201%	mar-49	-	-	456.787	-
2ª emissão							
série única	450.000	IPCA+8,2030%	mar-49	-	-	457.800	-
Total Debêntures				**-**	**188.559**	**914.587**	**188.559**
Arrendamento mercantil				-	-	46.320	51.493
Caixa e equivalentes de caixa				**(2.445)**	**(79)**	**(938.053)**	**(365.807)**
Dívida Líquida				**(2.445)**	**188.480**	**22.854**	**(125.755)**

A EPR Infraestrutura PR possui saldo de dívida líquida consolidada de R$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, como resultado do recebimento da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro, no valor de R$ 450.000 mil e pela 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro, no montante de R$ 450.000 mil.

Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 430,0 milhões no Consolidado.

Governança Corporativa

Conselho de Administração
O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB).

Relacionamento com a Auditoria Externa
A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além revisões das Informações Trimestrais dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 e da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 , que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração
A Administração da EPR Infraestrutura PR S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nª 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 1° de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	1.272.753	983.315
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-	(603.707)	(540.193)
LUCRO BRUTO	**-**	**-**	**669.046**	**443.122**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	8.866	5.708
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	1.568	1	81.480	46.513
Despesas Financeiras	(18.308)	(24.004)	(52.605)	(32.952)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**436.475**	**283.031**	**640.983**	**427.119**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(445)	-	(176.872)	(145.503)
Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

Balanço Patrimonial

ATIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras	-	-	198.333	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	12.615	-
Contas a receber	-	-	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente	-	-	819	-
Recursos vinculados	-	-	819	-
Partes relacionadas	-	-	-	1.950
Impostos a recuperar	1.077	3.964	6.310	13.687
Adiantamentos a fornecedores	11	-	1.353	22.593
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	99.473	-	-
Outros ativos	11	-	2.020	310
Total do ativo circulante	**3.544**	**103.516**	**1.219.727**	**441.795**
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	25.442	-
Valores a receber do poder concedente	-	-	-	5.695
Partes relacionadas	-	-	4.628	-
Recursos vinculados	-	-	34.188	18.139
Impostos a recuperar	9.852	-	11.161	-
Custos de captação de dívida antecipados	-	-	53.239	-
Depósitos judiciais	-	-	19.140	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.415
Outros ativos	-	-	274	-
Realizável a longo prazo	**9.852**	**-**	**148.072**	**25.263**
Investimento	1.200.455	620.135	-	-
Direito de uso em arrendamento	-	-	42.070	49.303
Imobilizado	-	-	7.923	5.627
Infraestrutura em construção	-	-	285.582	369.655
Intangível	-	-	659.914	114.749
Total do ativo não circulante	**1.210.307**	**620.135**	**1.143.561**	**564.597**
TOTAL DO ATIVO	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

PASSIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE				
Fornecedores	163	129	100.290	146.475
Debêntures	-	23.455	9.454	23.455
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	13.741	11.086
Obrigações sociais	-	-	10.696	7.665
Obrigações fiscais	9	2.430	19.692	55.822
Partes relacionadas	14	1.525	10.143	2.454
Credores pela concessão	-	-	4.116	4.863
Dividendos a pagar	368.292	-	368.292	-
Outros passivos	-	-	54	-
Total do passivo circulante	**368.478**	**27.539**	**536.478**	**251.820**
NÃO CIRCULANTE				
Debêntures	-	162.893	868.978	162.893
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	32.579	40.407
Credores pela concessão	-	-	34.192	18.008
Dividendos a pagar	-	69.126	-	69.126
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.987	2.957	35.653	2.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	19.022	45
Total do passivo não circulante	**8.987**	**234.976**	**990.424**	**293.436**
TOTAL DO PASSIVO	**377.465**	**262.515**	**1.526.902**	**545.256**
Capital social	5.133	2.533	5.133	2.533
Reserva de capital	508.117	250.717	508.117	250.717
Reserva legal	1.026	507	1.026	507
Reserva de lucros	322.110	207.379	322.110	207.379
Total do patrimônio líquido	**836.386**	**461.136**	**836.386**	**461.136**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes dos tributos	436.475	283.031	640.983	427.119
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(454.203)	(307.785)	-	-
Juros e variações monetárias de debêntures	4.208	20.303	18.795	20.303
Amortização do custo de captação de debêntures	9.638	1.112	10.007	1.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	-	6.125	5.374
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(5.908)	-
Atualização monetária de impostos	-	-	(2.446)	-
Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160
Provisão de recursos vinculados	-	-	27.017	17.858
Provisão para participação nos lucros	-	-	3.514	3.696
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	(2)	45
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	-	-	(6)	-
Resultado na baixa de ativos intangíveis	-	-	22	-
Perdas de arrecadação			343	196
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(22.300)	(37.644)
Valores a receber do poder concedente	-	-	(8.715)	(5.695)
Partes relacionadas	-	-	(2.678)	(1.950)
Impostos a recuperar	(208)	-	(7.134)	(9.216)
Adiantamentos a fornecedores	(11)	-	21.240	(22.536)
Depósitos judiciais	-	-	(19.126)	(14)
Outros ativos	(13)	-	(1.986)	(310)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	34	128	11.224	9.224
Obrigações sociais	(2.562)	-	(3.045)	3.940
Obrigações fiscais	-	2.430	3.121	10.282
Partes relacionadas	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)
Credores pela concessão	-	-	(1.566)	4.863
Outros passivos			54	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(7.789)**	**683**	**697.097**	**435.450**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(304)	-	(207.764)	(104.974)
Pagamento de juros sobre debêntures	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)
Pagamento de arrendamento mercantil - juros	-		(6.125)	
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(62.630)**	**(9.791)**	**428.671**	**320.002**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital social em controlada	(519.345)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	511.301	96.535	-	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	(479.440)	(305.759)
Aquisições de itens de intangível	-	-	(998)	(9.942)
Aquisições de itens de imobilizado	-	-	(3.561)	(5.955)
Aplicações financeiras	-	-	(230.483)	-
Recursos vinculados	-	-	(13.291)	(17.989)
Caixa líquido (gerado pelas) utilizado nas atividades de investimento	**(8.044)**	**96.535**	**(727.773)**	**(339.645)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital social e reserva de capital	260.000	-	260.000	-
Captação de debêntures	260.000	-	1.160.000	-
Custos de captação de debêntures	(7.427)	(757)	(97.189)	(757)
Pagamento de debêntures - principal	(423.950)	(86.051)	(423.950)	(86.051)
Pagamento de arrendamento mercantil - principal	-	-	(11.930)	(13.065)
Dividendos pagos	(15.583)	-	(15.583)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**73.040**	**(86.808)**	**871.348**	**(99.873)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.366	(64)	572.246	(119.516)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	79	143	365.807	485.323
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**

Shape the future
with confidence

Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
EPR Infraestrutura PR S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

EPR Infraestrutura PR S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras	5	-	-	198.333	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	12.615	-
Contas a receber	7	-	-	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente	8	-	-	819	-
Recursos vinculados	12	-	-	819	-
Partes relacionadas	20	-	-	-	1.950
Impostos a recuperar	10	1.077	3.964	6.310	13.687
Adiantamentos a fornecedores	9	11	-	1.353	22.593
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	20	-	99.473	-	-
Outros ativos		11	-	2.020	310
Total dos ativos circulantes		**3.544**	**103.516**	**1.219.727**	**441.795**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	25.442	-
Valores a receber do poder concedente	8	-	-	-	5.695
Partes relacionadas	20	-	-	4.628	-
Recursos vinculados	12	-	-	34.188	18.139
Impostos a recuperar	10	9.852	-	11.161	-
Custos de captação de dívida antecipados	11	-	-	53.239	-
Depósitos judiciais	13	-	-	19.140	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	-	1.415
Outros ativos		-	-	274	-
Total do realizável a longo prazo		**9.852**	**-**	**148.072**	**25.263**
Investimento	15	1.200.455	620.135	-	-
Direito de uso em arrendamento	16	-	-	42.070	49.303
Imobilizado	17	-	-	7.923	5.627
Infraestrutura em construção	18	-	-	285.582	369.655
Intangível	19	-	-	659.914	114.749
		1.200.455	**620.135**	**995.489**	**539.334**
Total dos ativos não circulantes		**1.210.307**	**620.135**	**1.143.561**	**564.597**
TOTAL DOS ATIVOS		**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	21	163	129	100.290	146.475
Debêntures	22	-	23.455	9.454	23.455
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	13.741	11.086
Obrigações sociais	23	-	-	10.696	7.665
Obrigações fiscais	24	9	2.430	19.692	55.822
Partes relacionadas	20	14	1.525	10.143	2.454
Credores pela concessão	25	-	-	4.116	4.863
Dividendos a pagar	20	368.292	-	368.292	-
Outros passivos		-	-	54	-
Total dos passivos circulantes		**368.478**	**27.539**	**536.478**	**251.820**
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	22	-	162.893	868.978	162.893
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	32.579	40.407
Credores pela concessão	25	-	-	34.192	18.008
Dividendos a pagar	20	-	69.126	-	69.126
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	8.987	2.957	35.653	2.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	-	-	19.022	45
Total dos passivos não Circulantes		**8.987**	**234.976**	**990.424**	**293.436**
TOTAL DOS PASSIVOS		**377.465**	**262.515**	**1.526.902**	**545.256**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27				
Capital social		5.133	2.533	5.133	2.533
Reserva de capital		508.117	250.717	508.117	250.717
Reserva legal		1.026	507	1.026	507
Reserva de lucros		322.110	207.379	322.110	207.379
Total do patrimônio líquido		**836.386**	**461.136**	**836.386**	**461.136**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.213.851**	**723.651**	**2.363.288**	**1.006.392**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	28	-	-	1.272.753	983.315
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(603.707)	(540.193)
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**669.046**	**443.122**
Despesas gerais e administrativas	29	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	31	-	-	8.866	5.708
Equivalência patrimonial	15	454.203	307.785	-	-
LUCRO OPERACIONAL		**453.215**	**307.034**	**612.108**	**413.558**
Receitas financeiras	30	1.568	1	81.480	46.513
Despesas financeiras	30	(18.308)	(24.004)	(52.605)	(32.952)
RESULTADO FINANCEIRO		**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		**436.475**	**283.031**	**640.983**	**427.119**
Imposto de renda e contribuição social		**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Correntes	14	(445)	-	(176.872)	(145.503)
Diferidos	14	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	32	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	429.999	280.075	429.999	280.075
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**429.999**	**280.075**	**429.999**	**280.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado						
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2024		**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**-**	**-**	**-**	**(3.063)**	**250.187**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	280.075	280.075
Destinações do lucro do exercício										
Constituição de reserva legal	27	-	-	-	-	507	-	-	(507)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	27	-	-	-	-	-	-	-	(69.126)	(69.126)
Constituição de reserva de lucros	27	-	-	-	-	-	207.379	-	(207.379)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**5.133**	**(2.600)**	**2.533**	**250.717**	**507**	**207.379**	**-**	**-**	**461.136**
Integralização de capital social	27	-	2.600	2.600	-	-	-	-	-	2.600
Aumento de reserva de capital	27	-	-	-	257.400	-	-	-	-	257.400
Constituição de reserva de lucros a realizar	27	-	-	-	-	-	(207.379)	207.379	-	-
Incorporação de dividendos a pagar	27	-	-	-	-	-	-	69.127	-	69.127
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	(276.506)	-	(276.506)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	429.999	429.999
Destinações do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	27	-	-	-	-	519	-	-	(519)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	27	-	-	-	-	-	-	-	(107.370)	(107.370)
Constituição de reserva de lucros	27	-	-	-	-	-	322.110	-	(322.110)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**5.133**	**-**	**5.133**	**508.117**	**1.026**	**322.110**	**-**	**-**	**836.386**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos tributos		436.475	283.031	640.983	427.119
Ajustes de:					
Equivalência patrimonial	15	(454.203)	(307.785)	-	-
Juros e variação monetária de debêntures	30	4.208	20.303	18.795	20.303
Amortização do custo de captação de debêntures	30	9.638	1.112	10.007	1.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	30	-	-	6.125	5.374
Rendimento de aplicações financeiras		-	-	(5.908)	-
Atualização monetária de impostos	30	-	-	(2.446)	
Depreciação e amortização	30	364	-	27.437	12.160
Provisão de recursos vinculados	25	-	-	27.017	17.858
Provisão para participação nos lucros		-	-	3.514	3.696
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	-	-	(2)	45
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	31	-	-	(6)	-
Resultado na baixa de ativos intangíveis	19	-	-	22	-
Perdas de arrecadação	29	-	-	343	196
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber	7 e 29	-	-	(22.300)	(37.644)
Valores a receber do poder concedente	8	-	-	(8.715)	(5.695)
Partes relacionadas	20	-	-	(2.678)	(1.950)
Impostos a recuperar		(208)	-	(7.134)	(9.216)
Adiantamentos a fornecedores	9	(11)	-	21.240	(22.536)
Depósitos judiciais	13	-	-	(19.126)	(14)
Outros ativos		(13)	-	(1.986)	(310)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	21 e 36	34	128	11.224	9.224
Obrigações sociais		(2.562)	-	(3.045)	3.940
Obrigações fiscais		-	2.430	3.121	10.282
Partes relacionadas	20 e 36	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)
Credores pela concessão	25	-	-	(1.566)	4.863
Outros passivos		-	-	54	-
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(7.789)**	**683**	**697.097**	**435.450**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(304)	-	(207.764)	(104.974)
Pagamento de juros sobre debêntures	22	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	16	-	-	(6.125)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(62.630)**	**(9.791)**	**428.671**	**320.002**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital social em controlada	15	(519.345)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	15	511.301	96.535	-	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	18 e 36	-	-	(479.440)	(305.759)
Aquisições de itens de intangível	19	-	-	(998)	(9.942)
Aquisições de itens de imobilizado	17	-	-	(3.561)	(5.955)
Aplicações financeiras				(230.483)	-
Recursos vinculados	12	-	-	(13.291)	(17.989)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) nas atividades de investimento		**(8.044)**	**96.535**	**(727.773)**	**(339.645)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento e integralização de capital social e reserva de capital	27	260.000	-	260.000	-
Dividendos pagos	27	(15.583)	-	(15.583)	-
Captação de debêntures	22	260.000	-	1.160.000	-
Custos de captação de debêntures	11 e 22	(7.427)	(757)	(97.189)	(757)
Pagamento de debêntures - principal	22	(423.950)	(86.051)	(423.950)	(86.051)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	16	-	-	(11.930)	(13.065)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		**73.040**	**(86.808)**	**871.348**	**(99.873)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.366	(64)	572.246	(119.516)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	79	143	365.807	485.323
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	5	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EPR Infraestrutura PR S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITAS					
Receita de serviços prestados	28	-	-	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	28	-	-	460.790	455.677
Desconto de usuário frequente	8 e 31	-	-	8.715	5.695
Receitas acessórias	29	-	-	311	66
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	31	-	-	6	-
Outras receitas	31			145	13
		-	**-**	**1.359.355**	**1.039.100**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos serviços prestados		-	-	(55.766)	(25.774)
Custo de serviços de construção	29	-	-	(460.790)	(455.677)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(623)	(736)	(44.926)	(14.151)
Custo da concessão	29	-	-	(20.690)	(18.390)
Outros custos		(2)	(15)	(18.074)	(12.653)
		(625)	**(751)**	**(600.246)**	**(526.645)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**(625)**	**(751)**	**759.109**	**512.455**
Depreciação e amortização	29	(364)	-	(27.437)	(12.160)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		**(989)**	**(751)**	**731.672**	**500.295**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Equivalência patrimonial	15	454.203	307.785	-	-
Receitas financeiras	30	1.568	1	81.480	46.513
		455.771	**307.786**	**81.480**	**46.513**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**454.782**	**307.035**	**813.152**	**546.808**
Pessoal e encargos:		**-**	**-**	**40.487**	**33.022**
Remuneração direta		-	-	30.371	26.079
Benefícios		-	-	8.155	5.575
FGTS		-	-	1.961	1.368
Impostos, taxas e contribuições:		**6.479**	**2.956**	**289.048**	**197.248**
Federais (incluindo IOF)		6.479	2.956	244.246	168.706
Municipais		-	-	44.802	28.542
Remuneração de capitais de terceiros:		**448.303**	**304.079**	**483.617**	**316.538**
Juros sobre debêntures	30	4.208	20.303	18.795	20.303
Aluguéis	29	-	-	1.341	3.493
Outras despesas financeiras		14.096	3.701	33.482	12.521
Dividendos e juros sobre capital próprio	27	106.855	69.126	106.855	69.126
Lucros retidos	27	323.144	210.949	323.144	210.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6° andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A controlada EPR Litoral Pioneiro ("Litoral Pioneiro") tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

A controlada EPR Engenharia 2 S.A. ("Engenharia 2"), tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais.

Segmento operacional

O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria que avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

O contrato de concessão operado pela controlada Litoral Pioneiro prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

2. Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de suas controladas, bem como sua principal atividade.

					Participação	
Controlada	**Atividade principal**	**Contrato de concessão**	**Data do término da concessão**	**Participação**	**2025**	**2024**
EPR Litoral Pioneiro S.A. (i)	Concessão de rodovias	Nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%	100%
EPR Engenharia 2 S.A. (ii)	Serviços de Engenharia	-	-	Direta	99%	-

(i) Constituída em 1° de junho de 2023, a Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão.

A concessão celebrada através do contrato n.º 002/2023, de 30 de janeiro de 2024, com a ANTT, com prazo de concessão de 30 anos, com data de início de concessão efetiva em 28 de fevereiro de 2024, fornece ao Grupo o direito de exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário que compõem o Lote 2 – Rodovias do Paraná.

O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, sendo 4 em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência tarifa de pedágio estipulada em contrato sendo esta, ainda, diferenciadas por categorias de veículos, em razão do número de eixos e da rodagem, e corrigidas anualmente de acordo com os parâmetros estabelecidos em contrato.

Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto à CVM o pedido de registro automático para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 5.550.900, em seis séries, com garantia real e fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente utilizados no projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. No exercício de 2025 foram integralizados R$ 900.000 do valor total, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 23 de março de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão.

Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de trabalhos iniciais, bem como das praças de pedágio nº 2, localizada em Sengés, e nº 7, situada em Siqueira Campos. A partir dessa homologação, a controlada iniciou a arrecadação nessas praças em 14 de março de 2025.

O projeto abrange investimentos obrigatórios, estabelecidos no contrato de concessão, relacionados à obras de:

- Recuperação do sistema rodoviário;
- Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; e
- Melhoria, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outros.

(ii) A controlada EPR Engenharia 2, atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. Até a presente data, controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia e suas controladas, em conjunto, serão denominadas 'Grupo' doravante nestas demonstrações financeiras.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação à infraestrutura em construção de sua controlada.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do ativo intangível

A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis.

(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado.

(iv) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Imposto de renda diferido

O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 14.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 33.

4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos osexercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

• Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

• Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;

• A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

• O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;

• Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;

• Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia.

4.3 Receitas de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido na ICPC 01 (R1), quando a concessionaria presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

4.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos

de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

• Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

• Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de

repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a controlada Litoral Pioneiro atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.6 Ativos imobilizados

Computadores e periféricos, móveis e utensílios, veículos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos;
- Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos;
- Veículos: de 4 a 10 anos; e
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

4.7 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

4.8 Capitalização dos custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo.

O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

4.9 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo.

4.10 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 33.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de

melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

4.12 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.14 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.16 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualizações monetárias e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedentede R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

4.19 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

4.20 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

4.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras.

4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.23 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Arrendamento mercantil a pagar

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.24 Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

4.25 Eventos após o período do relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1).

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituido pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A diretoria da Companhia não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa

em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

- Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).
Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.

- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerários em trânsito	-	-	682	595
Caixa e contas bancárias	112	18	2.912	3.768
Aplicações financeiras (a)	2.333	61	934.459	361.444
Total	**2.445**	**79**	**938.053**	**365.807**
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento (b)	-	-	198.333	-
Total	**-**	**-**	**198.333**	**-**

(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 96,57% na controladora e 100,60% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,00% na controladora e 100,30% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024).

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,69% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado
	2025
Conta pagamento vinculada (a)	12.615
Conta reserva vinculada	25.442
Total	**38.057**
Circulante	12.615
Não Circulante	25.442

(a) As aplicações financeiras nesta conta pagamento são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas a garantias da 1° e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro. O montante reconhecido no ativo circulante refere-se ao montante a ser utilizado para a liquidação de juros das debêntures, que ocorre semestralmente.

(b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1° e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro.

A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:

	2025
Saldo no início do exercício	-
(+) Aplicações	40.852
(+) Rendimentos	359
(-) Resgate	(3.154)
Saldo no final do exercício	**38.057**

7. Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	56.480	34.750
Cartão débito/crédito (b)	2.847	1.984
Cupom (c)	75	672
Vale pedágio (d)	-	42
Receita acessória (e)	3	-
Total	**59.405**	**37.448**

(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras.
(b) Cartões de débitos e créditos, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão.
(c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda).
(d) Crédito eletrônico antecipado destinado exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio no transporte rodoviário de cargas.
(e) Valores a receber provenientes de cessão remunerada de espaços na faixa de domínio da rodovia.

O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
A vencer	58.922	36.451
Vencidos		
Até 1 mês	483	997
Total	**59.405**	**37.448**

A controlada Litoral Pioneiro faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperado à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada reconheceu R$ 343 (R$ 196 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 29) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

8. Valores a receber do poder concedente

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desconto de usuário frequente (“DUF”)	819	5.695
Total	**819**	**5.695**
Circulante	819	-
Não Circulante	-	5.695

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Litoral Pioneiro, conforme regras previstas no contrato de concessão. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso passou a ser efetuado pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada Litoral Pioneiro, conforme previsto no contrato de concessão.

A movimentação dos valores a receber do poder concedente é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**5.695**	**-**
(+) Reconhecimento de DUF (Nota 31)	8.715	5.695
(-) Recebimento de DUF (Nota 12)	(13.591)	-
Saldo no final do exercício	**819**	**5.695**

9. Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 11 na controladora e R$ 1.353 no consolidado (R$ 22.593 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	10.359	3.925	10.785	9.064
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	390	39	5.171	2.633
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	-	-	1.075	-
Programa de integração social – PIS	-	-	233	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	180	-	180	1.892
Outros tributos	-	-	27	98
Total	**10.929**	**3.964**	**17.471**	**13.687**
Circulante	1.077	3.964	6.310	13.687
Não Circulante	9.852	-	11.161	-

11. Custos de captação de dívida antecipados

Em 19 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro protocolou junto à CVM, sob o rito de registro automático, o pedido para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 5.550.900, distribuídas em seis séries, com garantia real e garantia fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. A integralização das séries será realizada conforme previsto na escritura da emissão.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de custos de captação de dívida antecipados, no montante de R$ 53.239 é referente aos gastos incorridos no processo de emissão de debêntures cuja liberação dos recursos ainda não ocorreu. Esses custos incluem taxas de registro, comissões de colocação e outros encargos diretamente associados à emissão dos títulos, sendo apropriados às debêntures conforme a integralização das respectivas séries da captação a partir de 2027.

12. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% do preço do pedágio cobrado pela controlada Litoral Pioneiro. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado à controlada Litoral Pioneiro a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**18.139**	**-**
(+) Depósitos de recursos vinculados	26.882	17.989
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 25)	3.577	150
(-) Recebimento de DUF (Notas 8 e 25)	(13.591)	-
Saldo no final do exercício	**35.007**	**18.139**
Circulante	819	-
Não Circulante	34.188	18.139

13. Depósitos judiciais

O Grupo possui depósitos judiciais referentes a processos cíveis e trabalhistas, nos quais figura como parte em ações cuja exigibilidade encontra-se suspensa até decisão final. Os depósitos judiciais têm como objetivo garantir o juízo e correspondem a valores exigidos pelo poder judiciário.

Os depósitos judiciais têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desapropriações (Nota 18 e 26)	18.979	-
Trabalhistas	161	6
Cíveis	-	8
Total	**19.140**	**14**

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	436.475	283.031	640.983	427.119
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	**(148.402)**	**(96.231)**	**(217.934)**	**(145.221)**
Ajustes para alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	154.429	104.647	-	-
Juros sobre capital próprio	(15.313)	(8.896)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	5.912	1.600
Adições/exclusões permanentes	-	-	(1.771)	(947)
Constituição de Imposto de renda e contribuição social diferidos / (não constituição)	2.810	(2.476)	2.809	(2.476)
Total	**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(445)	-	(176.872)	(145.503)
Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Total	**(6.476)**	**(2.956)**	**(210.984)**	**(147.044)**
Alíquota efetiva de impostos	**1%**	**1%**	**33%**	**34%**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

Variação do imposto de renda contribuição social a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Saldo no início do exercício	**-**	**-**	**39.699**	**843**
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	445	-	176.872	145.503
(-) Pagamentos efetuados	(304)	-	(207.764)	(104.974)
(-) Compensações	(141)	-	(12.064)	(1.673)
(+) Constituição de saldo negativo e base negativa	-	-	13.402	-
Saldo no final do exercício	**-**	**-**	**10.145**	**39.699**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora		
	2025	**Resultado**	**2024**
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267
Provisão para fornecedores	6	6	-
	3.858	**2.591**	**1.267**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados	(12.845)	(8.621)	(4.224)
	(12.845)	**(8.621)**	**(4.224)**
Passivo fiscal diferido líquido	**(8.987)**	**(6.030)**	**(2.957)**

	Controladora		
	2024	**Resultado**	**2023**
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.267	1.267	-
	1.267	**1.267**	**-**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados	(4.224)	(4.224)	-
	(4.224)	**(4.224)**	**-**
Passivo fiscal diferido líquido	**(2.957)**	**(2.957)**	**-**

	Consolidado		
	2025	**Resultado**	**2024**
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267
Arrendamento mercantil	1.442	638	804
Provisão para participação nos lucros	1.586	329	1.257
Credores pela concessão	573	(571)	1.144
Outros ativos diferidos	78	32	46
Provisão para fornecedores	39	(370)	409
Provisão para contingências	15	15	-
Passíveis de compensação	(7.585)	(4.073)	(3.512)
Ativo fiscal diferido líquido	**-**	**(1.415)**	**1.415**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados na infraestrutura em construção	(12.845)	(8.621)	(4.224)
Custos de captação da dívida	(30.393)	(30.393)	-
Capitalização de custos	-	2.245	(2.245)
Passíveis de compensação	7.585	4.073	3.512
Passivo fiscal diferido líquido	**(35.653)**	**(32.696)**	**(2.957)**

	Consolidado		
	2024	**Resultado**	**2023**
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.267	1.267	-
Arrendamento mercantil	804	804	-
Provisão para participação nos lucros	1.257	1.257	-
Credores pela concessão	1.144	1.144	-
Outros ativos diferidos	46	46	-
Provisão para fornecedores	409	409	-
Provisão para contingências	-	-	-
Passíveis de compensação	(3.512)	(3.512)	-
Ativo fiscal diferido líquido	**1.415**	**1.415**	**-**
Passivo fiscal diferido			
Juros capitalizados na infraestrutura em construção	(4.224)	(4.224)	-
Custos de captação da dívida	-	-	-
Capitalização de custos	(2.245)	(2.245)	-
Passíveis de compensação	3.512	3.512	-
Passivo fiscal diferido líquido	**(2.957)**	**(2.957)**	**-**

(a) O saldo de prejuízo fiscal e base negativa está sendo constituído limitando-se a 30% do saldo registrado no passivo diferido da controladora, considerando que a Companhia possui projeções de lucro tributável apenas para esses montantes.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 os montantes de R$ 4.452 e R$ 1.604 (R$ 2.387 e R$ 860 em 31 de dezembro de 2024) referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável para esses montantes.

15. Investimento

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

		Participação		Controladora	
Investida	**Controle**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Controlada	100%	100%	1.200.455	620.135
EPR Engenharia S.A. (*)	Controlada	99%	-	-	-
				1.200.455	**620.135**

(*) A controlada foi constituída em 19 de setembro de 2025 através de um capital social de cento e um reais e até a presente data ainda não iniciou suas atividades operacionais, portanto, não possui movimento no quadro de movimentação.

a) Movimentação do investimento

A movimentação do investimento em controlada é demonstrada abaixo:

Controlada	**2024**	**Equivalência patrimonial**	**Juros capitalizados (a)**	**Aporte de capital (c)**	**Dividendos e juros sobre capital próprio (b)**	**2025**
EPR Litoral Pioneiro S.A.	620.135	454.203	25.356	519.345	(418.584)	1.200.455
Total	**620.135**	**454.203**	**25.356**	**519.345**	**(418.584)**	**1.200.455**

Controlada	**2023**	**Equivalência patrimonial**	**Juros capitalizados (a)**	**Dividendos e juros sobre capital próprio (b)**	**2024**
EPR Litoral Pioneiro S.A.	499.860	307.785	12.423	(199.933)	620.135
Total	**499.860**	**307.785**	**12.423**	**(199.933)**	**620.135**

(a) O montante de R$ 25.356 (R$ 12.423 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos juros capitalizados da Companhia. Com o objetivo de financiar os investimentos necessários na controlada Litoral Pioneiro, a Companhia captou recursos por meio de debêntures. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas de "Investimento" em contrapartida aos "Juros sobre debêntures" no Resultado Financeiro. Já nas informações trimestrais consolidadas, está apresentado como uma adição ao "Intangível em andamento" na Infraestrutura em Construção em contrapartida aos "Juros sobre debêntures" no Resultado Financeiro.

(b) No exercício de 2025, os recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio ocorreram da seguinte forma:

Data	Recebimento	Valor Bruto	IR retido	Valor Líquido
17/01/2025	Juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 31/12/2024	26.165	(3.925)	22.240
22/01/2025	Dividendos, relativos ao exercício de 31/12/2024	77.233	-	77.233
01/05/2025	Dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício de 31/12/2024	91.707	-	91.707
09/06/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 31 de março de 2025	23.475	(3.521)	19.954
09/06/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 31 de março de 2025	82.765	-	82.765
01/09/2025	Juros sobre capital próprio, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2025	21.562	(3.235)	18.327
01/09/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2025	88.491	-	88.491
14/10/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	95.000	-	95.000
10/12/2025	Dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de setembro de 2025	15.584	-	15.584
		521.982	**(10.681)**	**511.301**

A movimentação dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**99.473**	**-**
(+) Dividendos e juros sobre capital próprio declarados em ata	418.584	199.933
(+) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	(518.057)	(100.460)
Saldo no final do exercício	**-**	**99.473**

(c) Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou na controlada Litoral Pioneiro, via envio de recursos financeiros a subscrição e integralização de 20.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 20.000. Em 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a integralização de R$ 499.345 via envio de recursos financeiros no capital social da controlada Litoral Pioneiro, resultando na integralização total do capital social de sua controlada.

b) Informações financeiras resumidas da controlada Litoral Pioneiro

(i) Balanço patrimonial

	2025	2024
Ativo circulante	1.216.183	439.000
Ativo não circulante	1.095.930	552.175
Total do ativo	**2.312.113**	**991.175**
Passivo circulante	168.000	325.003
Passivo não circulante	981.437	58.460
Total do passivo	**1.149.437**	**383.463**
Patrimônio líquido	**1.162.676**	**607.712**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.312.113**	**991.175**

(ii) Demonstração do resultado

	2025	2024
Lucro bruto	669.046	443.122
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(55.950)	(28.813)
Resultado financeiro	45.615	37.564
Lucro operacional antes dos impostos	**658.711**	**451.873**
Imposto de renda e contribuição social	(204.508)	(144.088)
Lucro líquido do exercício	**454.203**	**307.785**

16. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar

a) Direito de uso em arrendamento

	Consolidado					
	Guinchos (a)	**Atendimento pré-hospitalar (b)**	**Veículos (c)**	**Imóveis (d)**	**Equipamentos (e)**	**Total**
Custo do direito de uso						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
(+) Adições	41.481	6.733	8.725	2.245	-	59.184
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**41.481**	**6.733**	**8.725**	**2.245**	**-**	**59.184**
(+) Adições	-	-	-	-	4.638	4.638
(+) Remensuração de contratos[1]	1.694	271	292	(63)	-	2.194
(-) Baixa	-	-	(144)	-	-	(144)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**43.175**	**7.004**	**8.873**	**2.182**	**4.638**	**65.872**
Amortização acumulada						
Saldo em 01 de janeiro de 2024						
(-) Amortização	(6.913)	(1.214)	(1.707)	(47)	-	(9.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(6.913)**	**(1.214)**	**(1.707)**	**(47)**	**-**	**(9.881)**
(-) Amortização	(8.684)	(1.387)	(2.561)	(514)	(850)	(13.996)
(+) Baixa	-	-	75	-	-	75
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(15.597)**	**(2.601)**	**(4.193)**	**(561)**	**(850)**	**(23.802)**
Direito de uso líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.568	5.519	7.018	2.198	-	49.303
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.578	4.403	4.680	1.621	3.788	42.070
Taxa de amortização - a.a.	20%	20%	33,33%	20%	20%	-

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia;
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar;
(c) Refere-se à veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos;
(d) Refere-se à locação de sedes administrativas;
(e) Refere-se à locação de equipamentos para operação na rodovia.

[1] O Grupo realiza, periodicamente, a remensuração de seus contratos de arrendamento. Essa remensuração ocorre quando há alteração nos pagamentos futuros resultantes de atualização anual na parcela prevista em contrato.

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**51.493**	**-**
(+) Adições	4.638	59.184
(+) Remensuração de contratos	2.194	-
(+) Ajuste a valor presente (Nota 30)	6.125	5.374
(-) Baixa	(75)	-
(-) Pagamentos - principal	(11.930)	(13.065)
(-) Pagamentos - juros	(6.125)	-
Saldo no final do exercício	**46.320**	**51.493**
Circulante	13.741	11.086
Não Circulante	32.579	40.407

No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 12,81% a.a. (13,04% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R$ 9.611 (R$ 13.536 em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2025	**2024**
2026	-	12.456
2027	14.578	13.114
2028	14.296	12.714
2029	3.298	2.123
2030	407	-
Total	**32.579**	**40.407**

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05%[2] a.a. (4,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024), similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.

[2] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Fluxo real (contabilizado)		
Direito de uso em arrendamento	65.872	59.184
(-) Amortização	(23.802)	(9.881)
	42.070	**49.303**
Passivo de arrendamento	55.931	65.029
(-) Ajuste a valor presente	(9.611)	(13.536)
	46.320	**51.493**
Fluxo nominal		
Direito de uso em arrendamento	68.540	62.120
(-) Amortização	(24.766)	(10.371)
	43.774	**51.749**
Passivo de arrendamento	58.196	68.254
(-) Ajuste a valor presente	(10.000)	(14.207)
	48.196	**54.047**

17. Imobilizado

	Móveis e utensílios	**Computadores e periféricos**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Custo do imobilizado					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
(+) Adições	-	4.300	-	1.655	5.955
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**4.300**	**-**	**1.655**	**5.955**
(+) Adições	28	352	450	2.731	3.561
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**28**	**4.652**	**450**	**4.386**	**9.516**
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-		-
(-) Depreciação	-	(253)	-	(75)	(328)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(253)**	**-**	**(75)**	**(328)**
(-) Depreciação	-	(881)	(81)	(303)	(1.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(1.134)**	**(81)**	**(378)**	**(1.593)**
Imobilizado líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	4.047	-	1.580	5.627
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28	3.518	369	4.008	7.923
Taxa de depreciação - a.a.	10%	20%	25%	20%	

18. Infraestrutura em construção

	Consolidado		
	Intangível em andamento (a)	**Adiantamentos a fornecedores**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2024	19.961	1.084	21.045
(+) Adições	438.855	16.513	455.368
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores	16.822	(16.822)	-
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 19)	(106.758)	-	(106.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**368.880**	**775**	**369.655**
(+) Adições	457.292	14.999	472.291
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores	3.498	(3.498)	-
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 19)	(556.364)	-	(556.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**273.306**	**12.276**	**285.582**

(a) Refere-se principalmente a obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário, conforme estabelecido no programa de exploração da rodovia.

Os juros e custos sobre as debêntures foram capitalizados a uma taxa de 14,84% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (9,95% a.a. em 31 de dezembro de 2024) nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$ 25.719 (R$ 12.423 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) (Nota 22).

No contexto do projeto de duplicação da rodovia, iniciado em 28 de novembro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro realizou desembolsos relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias à execução das obras. Em 31 de dezembro de 2025, tais desembolsos totalizam R$ 18.979 (Nota 13 e 26) e foram capitalizados por representarem custos diretamente atribuíveis à ampliação da infraestrutura concedida, em conformidade com os critérios aplicáveis aos contratos de concessão.

Em fevereiro de 2025 a controlada Litoral Pioneiro concluiu a etapa de trabalhos iniciais, iniciando em março de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em fevereiro de 2029.

19. Intangível

	Consolidado		
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	**Software**	**Total**
Custo do intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(+) Adições	-	9.942	9.942
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)	106.758	-	106.758
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**106.758**	**9.942**	**116.700**
(+) Adições	-	998	998
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)	556.364	-	556.364
(-) Baixas	(23)	-	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**663.099**	**10.940**	**674.039**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(-) Amortização	(1.224)	(727)	(1.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.224)**	**(727)**	**(1.951)**
(-) Amortização	(10.110)	(2.065)	(12.175)
(+) Baixas	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(11.333)**	**(2.792)**	**(14.125)**
Intangível líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	105.534	9.215	114.749
Saldo em 31 de dezembro de 2025	651.766	8.148	659.914
Taxa média de amortização - a.a. - 31/12/2024	1,96%	20%	
Taxa média de amortização - a.a. - 31/12/2025	2,05%	20%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025.

20. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	Controladora	
	2025	**2024**
Ativo circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		
EPR Litoral Pioneiro S.A.	-	99.473
Total de ativos com partes relacionadas	**-**	**99.473**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Participações S.A. (a)	14	276
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	-	1
EPR Litoral Pioneiro S.A (a)	-	1.248
	14	**1.525**
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	262.854	-
EPR Participações S.A.	105.438	-
	368.292	-
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	65.670
EPR Participações S.A.	-	3.456
	-	**69.126**
Total de passivos com partes relacionadas	**368.306**	**70.651**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Ativo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Participações S.A. (a)	-	1.950
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (c)	3.773	-
EPR Iguaçu S.A. (a)	749	-
EPR Via Mineira S.A. (a)	37	-
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	32	-
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	24	-
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	13	-
	4.628	-
Aquisições de infraestrutura em construção no exercício		
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (b)	40.772	22.388
Total de ativos com partes relacionadas	**45.400**	**24.338**
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (b) (Nota 36)	5.562	-
EPR Participações S.A. (a)	4.581	1.330
EPR Via Mineira S.A. (a)	-	719
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	-	290
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	-	6
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	-	109
	10.143	**2.454**
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	262.854	-
EPR Participações S.A.	105.438	-
	368.292	-
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	65.670
EPR Participações S.A.	-	3.456
	-	**69.126**
Total de passivos com partes relacionadas	**378.435**	**71.580**

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).

(b) A EPR Engenharia S.O. S.A. presta serviços de apoio na gestão de terceiros, tanto na fase pré-contratual, com seleção, negociação e contratação, quanto no acompanhamento da execução dos contratos celebrados. Esse acompanhamento inclui o gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento das obrigações perante o poder concedente. Além disso, a EPR Engenharia S.O. S.A. busca realizar a análise e o aprimoramento dos projetos de engenharia das obras da concessão, visando otimização e ganhos de eficiência.

(c) O contrato firmado com a EPR Engenharia S.O. S.A. mencionado na nota (b) acima prevê a possibilidade de execução dos serviços pela própria EPR Engenharia S.O. S.A. ou por outras empresas do grupo. Neste contexto, a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. aderiu ao contrato para a prestação de serviços de monitoração de pavimento através de tecnologia importada. O saldo no ativo refere-se a adiantamento feito durante o processo de compra da tecnologia.

As operações conduzidas pela controlada Litoral Pioneiro em conjunto com a EPR Engenharia S.O. S.A. no decorrer do exercício, relacionadas ao gerenciamento de obras, foram parcialmente liquidadas no montante de R$ 35.210 (em 31 de dezembro de 2024, o valor integral de R$ 22.388 foi liquidado).

A movimentação das transações entre partes relacionadas, exceto dividendos a pagar/receber, é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	
	Ativo	**Passivo**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	61
(+) Compartilhamento de custos	-	38
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	-	1.487
(+) Gerenciamento de obras	-	-
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	-	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.525**
(+) Compartilhamento de custos	-	287
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	-	4.851
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	-	(6.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**14**

	Consolidado	
	Ativo	**Passivo**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	5.812
(+) Compartilhamento de custos	27	4.201
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	1.970	3.307
(+) Gerenciamento de obras	-	22.388
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros	(47)	(33.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.950**	**2.454**
(+) Compartilhamento de custos	12.128	36.065
(+) Demais reembolsos partes relacionadas	27.329	3.734
(+) Gerenciamento de obras	-	40.772
(+) Adiantamento - Infraestrutura PR Lote 6	3.773	-
(-) Pagamentos / Recebimentos financeiros	(40.552)	(72.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**4.628**	**10.143**

Remuneração da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante de R$ 3.439 referente a remuneração dos administradores (R$ 1.129 em 31 de dezembro de 2024). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos ao Grupo, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

21. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores nacionais	163	129	100.290	146.475
Total	**163**	**129**	**100.290**	**146.475**

Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

22. Debêntures

				Controladora	
Série	**Quantidade**	**Taxas Contratuais**	**Vencimento**	**2025**	**2024**
1ª emissão – Série única	250.000	CDI + 2,75% a.a.	dez/2026	-	188.559
				-	**188.559**
			Custo de captação	-	(2.211)
			Total	**-**	**186.348**
			Circulante	-	23.455
			Não Circulante	-	162.893

				Consolidado	
Série	**Quantidade**	**Taxas Contratuais**	**Vencimento**	**2025**	**2024**
1ª emissão – Série única	250.000	CDI + 2,75% a.a.	dez/2026	-	188.559
1ª emissão – 2ª Série	450.000	IPCA + 7,6201 % a.a.	mar/49	456.787	-
2ª emissão – Série única	450.000	IPCA + 8,2030 % a.a.	mar/49	457.800	
				914.587	**188.559**
			Custo de captação	(36.155)	(2.211)
			Total	**878.432**	**186.348**
			Circulante	9.454	23.455
			Não Circulante	868.978	162.893

A movimentação das debêntures é demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**186.348**	**249.792**
(+) Captações	260.000	-
(+) Juros provisionados (Nota 30)	4.208	20.303
(+) Custos de debêntures capitalizados (Nota 18)	25.719	12.423
(-) Amortização do principal	(423.950)	(86.051)
(-) Amortização de juros	(54.537)	(10.474)
(-) Custos de captação	(7.426)	(757)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 30)	9.638	1.112
Saldo no final do exercício	**-**	**186.348**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**186.348**	**249.792**
(+) Captações	1.160.000	-
(+) Juros provisionados (Nota 30)	15.218	20.303
(+) Atualização monetária (Nota 30)	3.577	-
(+) Custos de debêntures capitalizados (Nota 18)	25.719	12.423
(-) Amortização do principal	(423.950)	(86.051)
(-) Amortização de juros	(54.537)	(10.474)
(-) Custos de captação	(43.950)	(757)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 30)	10.007	1.112
Saldo no final do exercício	**878.432**	**186.348**

Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures não circulante, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
2026	-	162.893	-	162.893
2031	-	-	13.904	-
Após 2031	-	-	855.074	-
Total	**-**	**162.893**	**868.978**	**162.893**

Infra PR

No exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização da sua 1ª emissão de debêntures, liquidando assim o saldo e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures.

Litoral Pioneiro

1ª Emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, com 6 séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R$ 5.550.900. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,6201% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista na escritura de debêntures. Em 05 de novembro de 2025, ocorreu a integralização da 2ª série no montante de R$ 450.000.

2ª Emissão de debêntures

Em 15 de setembro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático. O montante total da emissão foi de R$ 450.000, com vencimento final em 15 de março de 2049, tendo sua integralização ocorrida em 30 de outubro de 2025. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 8,20% ao ano. Os juros das debêntures são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures.

A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro e culminará no cancelamento da 1ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada, conforme descrito acima.

Garantias

A 1ª e 2ª emissões de debêntures da controlada Litoral Pioneiro contam com garantias reais usuais de financiamento de projeto, tais como alienação fiduciária de ações da emissora e cessão fiduciária de direitos creditórios. Adicionalmente, a 1ª emissão de debêntures conta com a garantia fidejussória da EPR Participações S.A. e cartas de fiança bancária. A fiança da EPR Participações S.A. só terá eficácia e produzirá efeitos se ocorrer o término antecipado da concessão.

As cartas de fiança bancária que garantem a 1ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro serão exoneradas após a verificação da conclusão do projeto, que é alcançada quando do atingimento das condições previstas na escritura, tais como, sem se limitar a: declaração quanto à validade de licenças e autorizações necessárias para a operação da concessão e adimplência da controlada em relação às obrigações do contrato de concessão e das debêntures; aceite pela ANTT e atestado por engenheiro independente quanto à conclusão das obras previstas para serem realizadas até o momento da conclusão do projeto; atingimento de ICSD mínimo, EBITDA ajustado mínimo e preenchimento das contas reservas.

Covenants

Na tabela a seguir são descritos os índices financeiros que devem ser cumpridos pela controlada Litoral Pioneiro, nos termos das debêntures, para o destravamento de distribuições de dividendos. Não há a previsão de atingimento de índices financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado da dívida.

Índice Financeiro	Atingimento para a Distribuição de Dividendos	Frequência de Medição
Caixa Mínimo	≥ 1,5% do saldo devedor dos financiamentos e ≥ 5% da receita operacional bruta	Anual, em relação às informações financeiras do exercício, a partir de 2026 e até o vencimento das debêntures
ICSD	Conforme tabela de ICSD mínimo anual prevista na escritura de emissão das debêntures	Anual, em relação às informações financeiras do exercício, a partir do atingimento da conclusão do projeto [(1)] e até o vencimento das debêntures

(¹) Nos termos da escritura das debêntures, a conclusão do projeto se dará pelo atingimento dos pré-requisitos, conforme descrito no tópico de garantias.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo encontra-se adimplente em relação cláusulas restritivas das debêntures.

23. Obrigações sociais

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão para participação nos lucros	4.663	3.696
Provisão para férias	3.978	2.658
Salários e encargos sociais	2.055	1.311
Total	**10.696**	**7.665**

24. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	-	5.696	27.563
Impostos sobre serviços – ISS	-	-	4.717	5.630
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	-	4.449	12.136
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS sobre faturamento	5	1.989	2.903	3.911
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	598	1.244
Programa de integração social – PIS sobre faturamento	1	432	596	840
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	-	165	4.182
Outros	3	9	568	316
Total	**9**	**2.430**	**19.692**	**55.822**

25. Credores pela concessão

	Consolidado	
	2025	2024
Recursos vinculados (a)	35.011	18.008
Verba de fiscalização (b)	1.610	1.497
Verba de segurança no trânsito (c)	988	1.198
Recurso para desenvolvimento tecnológico (d)	699	2.168
Total	**38.308**	**22.871**
Circulante	4.116	4.863
Não Circulante	34.192	18.008

(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 12.

(b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão.

(c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela ANTT. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que o Grupo deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito.

(d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão o Grupo deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") poderá indicar temática a ser

desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.

A movimentação de credores pela concessão é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo no início do exercício	**22.871**	**-**
(+) Provisão de recursos vinculados	27.017	17.858
(+) Custo da concessão (Nota 29) (a)	20.690	18.390
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 12)	3.577	150
(-) Recebimento de DUF (Nota 12)	(13.591)	-
(-) Pagamentos e consumo de verbas	(22.256)	(13.527)
Saldo no final do exercício	**38.308**	**22.871**

(a) Reconhecimento da verba de fiscalização e provisionamento da verba de segurança e do recurso para desenvolvimento tecnológico, conforme previsto no contrato de concessão.

26. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

(a) Processos com perda provável

O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, nos montantes indicados abaixo.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desapropriações (a) (Notas 13 e 18)	18.979	-
Cíveis	43	45
Total	**19.022**	**45**

(a) A controlada Litoral Pioneiro realizou depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias para a execução das obrigações contratuais de investimento. Os valores depositados correspondem às provisões reconhecidas, podendo haver desembolsos adicionais caso as indenizações definitivas superem os montantes inicialmente depositados.

(b) Processos com perda possível

O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam a sua contabilização.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Cíveis (a)	259	4.192
Trabalhistas (b)	156	80
Total	**415**	**4.272**

(a) Demandas indenizatórias fundadas em responsabilidade civil.
(b) Processos trabalhistas, de menor valor individual.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 02 de fevereiro de 2024, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias do acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE para a EPR Participações S.A.

Em 31 de janeiro de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.161.792 (oito milhões, cento e sessenta e uma mil, setecentas e noventa e duas) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e a legislação societária vigente.

Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R$ 260.000 na Companhia via recebimento de recursos financeiros. Deste montante, 99% (R$ 257.400) foram destinados para a reserva de capital e o restante (R$ 2.600) foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito.

Em 16 de junho de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 9.037.420 (nove milhões, trinta e sete mil, quatrocentas e vinte) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e a legislação societária vigente.

Em 29 de agosto de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.826.211 (oito milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentas e onze) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e legislação societária vigente.

Em 17 de dezembro de 2025, a controladora EPR Participações S.A. adquiriu, da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, 8.040.130 (oito milhões, quarenta mil, cento e trinta) ações preferenciais, as quais foram convertidas em ações ordinárias, em conformidade com o estatuto social e legislação societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de

R$ 5.133 (R$ 2.533 em 31 de dezembro de 2024, subscrito e parcialmente integralizado), conforme demonstrado a seguir:

2025					
	Quantidade de ações			Percentual de participação	
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**R$**	**Votante**	**Total**
EPR Participações S.A.	290.690.553	-	2.907	100%	56,64%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	222.559.447	2.226	-	43,36%
	290.690.553	**222.559.447**	**5.133**	**100%**	**100%**

2024					
	Quantidade de ações			Percentual de participação	
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**R$**	**Votante**	**Total**
EPR Participações S.A.	256.625.000	-	1.267	100%	50%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	256.625.000	1.266	-	50%
	256.625.000	**256.625.000**	**2.533**	**100%**	**100%**

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital corresponde a R$ 508.117 (R$ 250.717 em 31 de dezembro de 2024).

c) Reserva de lucros a realizar

Em 30 de abril de 2025, a Companhia através de Assembleia Geral Ordinária deliberou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de R$ 69.127 para reserva de lucros a realizar, bem como realizou a incorporação da reserva de lucros no montante de R$ 207.379 para reserva de lucros a realizar.

Em 30 de dezembro de 2025, a Companhia através de Assembleia Geral Extraordinária deliberou a reversão do saldo da reserva de lucros a realizar no montante de R$ 276.506 para destinação de dividendos.

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal corresponde a R$ 1.026 (R$ 507 em 31 de dezembro de 2024).

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	429.999	280.075
(-) Consumo de prejuízos de anos anteriores	-	(3.063)
Lucro ajustado	**429.999**	**277.012**
(-) Reserva legal (5%)	(519)	(507)
Base para distribuição de dividendos	**429.480**	**276.505**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	107.370	69.126
Reserva de Lucros	322.110	207.379

A declaração dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 107.370 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira.

No exercício de 2025, os pagamentos de dividendos ocorreram da seguinte forma:

Data	Pagamento	Valor
31/12/2025	Pagamento de dividendos, relativos a reversão do saldo de lucros a realizar – acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	14.804
31/12/2025	Pagamento de dividendos, relativos a reversão do saldo de lucros a realizar – acionista EPR Participações S.A.	779
	Total	**15.583**

f) Reserva de lucros

A constituição de reserva de lucros no montante de R$ 322.110 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira, principalmente para atender ao definido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

28. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	460.790	455.677
Receitas acessórias	311	66
Receita bruta	**1.350.489**	**1.033.392**
Deduções da receita		
Tributos sobre receita de serviços prestados	(77.736)	(50.077)
Receita operacional líquida	**1.272.753**	**983.315**

29. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Custos e despesas				
Custo de serviços de construção	-	-	(460.790)	(455.677)
Serviço de terceiros	(622)	(736)	(83.376)	(27.831)
Com pessoal	-	-	(42.219)	(33.564)
Depreciação e amortização	(364)	-	(27.437)	(12.160)
Custo da concessão (Nota 25)	-	-	(20.690)	(18.390)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	-	(6.533)	(5.313)
Seguros e garantias	-	-	(6.217)	(5.335)
Aluguéis	-	-	(1.341)	(3.493)
Perdas de arrecadação (Nota 7)	-	-	(343)	(196)
Contribuições e doações	-	-	(5.862)	(1.674)
Outros	(1)	(15)	(14.703)	(11.832)
Total	**(988)**	**(751)**	**(669.511)**	**(575.465)**
Custo dos serviços prestados	-	-	(603.707)	(540.193)
Despesas gerais e administrativas	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.568	1	78.928	46.475
Atualização monetária de impostos	-	-	2.446	-
Outras receitas	-	-	106	38
Total	**1.568**	**1**	**81.480**	**46.513**
Despesas financeiras				
Impostos sobre receitas financeiras	(4.241)	(2.421)	(7.990)	(4.589)
Encargos financeiros	-	-	(6.075)	(631)
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 16)	-	-	(6.125)	(5.374)
Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 22)	(9.638)	(1.112)	(10.007)	(1.112)
Atualização monetária sobre debêntures (Nota 22)	-	-	(3.577)	-
Juros sobre debêntures (Nota 22)	(4.208)	(20.303)	(15.218)	(20.303)
Outras despesas	(221)	(168)	(3.613)	(943)
Total	**(18.308)**	**(24.004)**	**(52.605)**	**(32.952)**
Resultado financeiro	**(16.740)**	**(24.003)**	**28.875**	**13.561**

31. Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	2025	**2024**
Desconto de usuário frequente (Nota 8)	8.715	5.695
Venda sucata	41	13
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	6	-
Outras receitas	104	-
Total	**8.866**	**5.708**

32. Resultado por ação

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	270.032	129.818	270.032	129.818
Média ponderadas das ações ordinárias	257.063	126.682	257.063	126.682
Resultado básico e diluído por ação – R$	**1,0504**	**1,0248**	**1,0504**	**1,0248**

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	-	198.333	-
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	-	-	38.057	-
Contas a receber (Nota 7)	-	-	59.405	37.448
Valores a receber do poder concedente (Nota 8)	-	-	819	5.695
Partes relacionadas (Nota 20)	-	-	4.628	1.950
Recursos vinculados (Nota 12)	-	-	35.007	18.139
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20)	-	99.473	-	-
Total	**2.445**	**99.552**	**1.274.302**	**429.039**

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O contrato de concessão estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não à controlada Litoral Pioneiro, em especial o reembolso do DUF (Nota 8), outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	2025			
	Controladora			
	Até 1 ano	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores (Nota 21)	163	-	-	163
Partes relacionadas (Nota 20)	14	-	-	14
Dividendos a pagar (Nota 20)	368.292	-	-	368.292
Total	**368.469**	**-**	**-**	**368.469**

	2024			
	Controladora			
	Até 1 ano	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores (Nota 21)	129	-	-	129
Debêntures (Nota 22)	23.455	162.893	-	186.348
Partes relacionadas (Nota 20)	1.525	-	-	1.525
Dividendos a pagar (Nota 20)	-	69.126	-	69.126
Total	**25.109**	**232.019**	**-**	**257.128**

	2025			
	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	100.290	-	-	100.290
Debêntures (Nota 22)	9.454	13.904	855.074	878.432
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	13.741	32.579	-	46.320
Partes relacionadas (Nota 20)	10.143	-	-	10.143
Credores pela concessão (Nota 25)	4.116	34.192	-	38.308
Dividendos a pagar (Nota 20)	368.292	-	-	368.292
Total	**506.036**	**80.675**	**855.074**	**1.441.785**

	2024			
	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 21)	146.475	-	-	146.475
Debêntures (Nota 22)	23.455	162.893	-	186.348
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	11.086	40.407	-	51.493
Partes relacionadas (Nota 20)	2.454	-	-	2.454
Credores pela concessão (Nota 25)	4.863	18.008	-	22.871
Dividendos a pagar (Nota 20)	-	69.126	-	69.126
Total	**188.333**	**290.434**	**-**	**478.767**

d) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

			Controladora					
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de Juros**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (- 25%)**	**Cenário V (- 50%)**
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	2.333	Variação CDI	12,25%[1]	286	357	429	214	143

			Consolidado					
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de Juros**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (- 25%)**	**Cenário V (- 50%)**
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras (Nota 5)	1.132.792	Variação CDI	12,25%[1]	138.767	173.459	208.151	104.075	69.384
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	38.057	Variação IPCA	4,05%[1]	1.541	1.927	2.312	1.156	771
Passivos financeiros								
Debêntures (Nota 22)	914.587	Variação IPCA	4,05%[1]	37.041	46.301	55.561	27.781	18.520

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

[1] Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) Risco regulatório

O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Litoral Pioneiro, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Litoral Pioneiro, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores (Nota 21)	163	129	100.290	146.475
Debêntures (Nota 22)	-	186.348	878.432	186.348
Arrendamento mercantil (Nota 16)	-	-	46.320	51.493
Credores pela concessão (Nota 25)	-	-	38.308	22.871
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(2.445)	(79)	(938.053)	(365.807)
Subtotal	**(2.282)**	**186.398**	**125.297**	**41.380**
Patrimônio líquido	-	461.136	836.386	461.136
Total	**-**	**647.534**	**961.683**	**502.516**
Quociente de alavancagem	-	29%	13%	8%

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		Controladora			
		2025		2024	
	Classificação	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	112	112	18	18
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	2.333	2.333	61	61
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20)	2	-	-	99.473	99.473
		2.445	**2.445**	**99.552**	**99.552**
Passivo					
Debêntures (Nota 22)	2	-	-	186.348	186.348
Fornecedores (Nota 21)	2	163	163	129	129
Partes relacionadas (Nota 20)	2	14	14	1.525	1.525
Dividendos a pagar (Nota 20)	2	368.292	368.292	69.126	69.126
		368.469	**368.469**	**257.128**	**257.128**

		Consolidado			
		2025		2024	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	3.594	3.594	4.363	4.363
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	934.459	934.459	361.444	361.444
Fundos de investimento (Nota 5)	1 (Nível 2)	198.333	198.333	-	-
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	1 (Nível 2)	38.057	38.057	-	-
Contas a receber (Nota 7)	2	59.405	59.405	37.448	37.448
Valores a receber do poder concedente (Nota 8)	2	819	819	5.695	5.695
Partes relacionadas (Nota 20)	2	4.628	4.628	1.950	1.950
Recursos vinculados (Nota 12)	2	35.007	35.007	18.139	18.139
		1.274.302	**1.274.302**	**429.039**	**429.039**
Passivo					
Debêntures (Nota 22)	2	878.432	878.432	186.348	186.348
Fornecedores (Nota 21)	2	100.290	100.290	146.475	146.475
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16)	2	46.320	46.320	51.493	51.493
Partes relacionadas (Nota 20)	2	10.143	10.143	2.454	2.454
Credores pela concessão (Nota 25)	2	38.308	38.308	22.871	22.871
Dividendos a pagar (Nota 20)	2	368.292	368.292	69.126	69.126
		1.441.785	**1.441.785**	**478.767**	**478.767**

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado
Classificação 2 – Custo amortizado

34. Garantias e seguros

A controlada Litoral Pioneiro, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	Consolidado					
	2025			2024		
	Vigência		Limites de	Vigência		Limites de
Riscos cobertos	Início	Vencimento	indenização	Início	Vencimento	indenização
Seguro garantia	21/02/2025	28/02/2027	760.339	22/01/2024	22/01/2025	707.181
Riscos operacionais	21/02/2025	28/02/2026	124.025	22/01/2024	22/02/2025	15.000
Responsabilidade civil geral	22/01/2025	28/02/2026	10.000	22/01/2024	22/01/2025	15.000
Risco de engenharia	11/07/2025	11/07/2026	185.000	-	-	-
Responsabilidade civil de obras	11/07/2025	11/07/2026	25.000	-	-	-

35. Compromissos

a) Contrato de concessão

A controlada Litoral Pioneiro tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e
- Manutenção de nível de serviço – Do 1º ao 25º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a controlada Litoral Pioneiro assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R$ 11.038.697, sendo R$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pistas, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais.

Além do estabelecido acima, a controlada Litoral Pioneiro também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada Litoral Pioneiro em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente

ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a controlada Litoral Pioneiro deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

36. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	57.409	(137.187)
Aquisição de infraestrutura em construção/partes relacionadas (Nota 20)	(5.562)	-
Desapropriação (Nota 18)	(18.979)	-
Adições e remensurações de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 16)	(6.832)	(59.184)
Juros capitalizados na infraestrutura em construção (Nota 18)	(25.719)	12.423

37. Eventos subsequentes

a) Dividendos intermediários

Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Litoral Pioneiro destinou dividendos intermediários no montante de R$ 91.133, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026.

b) Pagamento de dividendos destinados anteriormente

Em 14 de janeiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento de dividendos intercalares destinados anteriormente, no montante de R$ 91.133, sendo R$ 4.557 pagos ao acionista EPR Participações S.A. e R$ 86.576 pagos ao acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE.

Conselho de Administração

Enio Stein Júnior

Carlo da Silveira Framarim

Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria

José Carlos Cassaniga
Diretor Presidente

Enio Stein Júnior
Diretor de Relações com Investidores
e sem designação específica

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia
Contador CRC: MG-106304/O